



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Processo nº 0600349-11.2024.6.21.0004

Procedência: 04ª ZONA ELEITORAL DE ESPUMOSO/RS

Recorrente: ELEICAO 2024 SADI VALDOMIRO KEITEL VEREADOR

Relator: DES. ELEITORAL NILTON TAVARES DA SILVA

P A R E C E R

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2024. CANDIDATO A VEREADOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO COM DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. FEFC. IRREGULARIDADE ABAIXO DOS PARÂMETROS JURISPRUDENCIAIS DE INEXPRESSIVIDADE. POSSIBILIDADE DE APROVAÇÃO COM RESSALVAS. MANUTENÇÃO DO DEVER DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. PARECER PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por SADI VALDOMIRO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

KEITEL contra sentença que julgou **desaprovadas** suas contas de campanha referentes às eleições de 2024, em que concorreu ao cargo de vereador no município de Tapera/RS; determinando o **recolhimento** de R\$ 329,16 ao Tesouro Nacional (ID 46002293).

Conforme o parecer conclusivo: a) o candidato descumpriu o art. 53 da Resolução TSE nº 23.607/2019 ao não apresentar “comprovante de recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos do FEFC não utilizados” – na verdade, ele “fez o recolhimento para o Diretório Municipal da agremiação”; b) além disso, houve gastos irregulares com recursos do FEFC no montante de R\$ 156,77 relativos a despesas com combustíveis, uma vez que o candidato “apenas apresentou o documento fiscal que comprova a emissão em seu CPF e não com o CNPJ da campanha, conforme determina a Resolução TSE nº 23.607/2019”. Por fim, concluiu que “o total das irregularidades foi de R\$ 329,16 e representa 39,69% do montante de recursos recebidos (R\$ 829,16)” (ID 46002290).

Irresignado, o recorrente sustentou que: a) “o valor de R\$ 329,16 apontado na decisão se refere a gastos com gasolina no valor de R\$ 156,77, cujo cupom fiscal foi apresentado pelo recorrente”; b) “o valor de R\$ 172,39 foi transferido pelo recorrente para a conta do Partido, conforme comprova o comprovante de transferência”. Com isso, requereu a reforma da sentença para que sejam as contas aprovadas; e, alternativamente, “seja oportunizado ao recorrente o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

recolhimento do valor apontado na decisão, R\$ 329,16, de forma parcelada, em 02 parcelas, a fim de sanar o apontamento com a consequente aprovação das contas” (ID 46002298).

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Assiste parcial razão ao recorrente. Vejamos.

Embora os argumentos presentes nas razões recursais revelem-se incapazes de afastar a fundamentação da sentença, convém observar que a decisão combatida olvidou-se de aplicar ao caso os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, na linha pacífica da jurisprudência pátria.

Isso porque, compulsando os autos, tem-se que a quantia irregular, **R\$ 329,16**, representa 39,69% da receita total do candidato.

Pois bem, no contexto da prestação de contas, entende-se que: “não ultrapassado o parâmetro de R\$ 1.064,10 ou 10% do total auferido em campanha, as contas podem ser **aprovadas com ressalvas**, mitigando o juízo alcançado na origem, mediante aplicação dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade” (TRE-RS, REI nº 060029574, Relatora: Des. Elaine Maria Canto da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fonseca, Publicação: 15/06/2023 - g. n.).

Note-se que os requisitos acima não são cumulativos, mas sim alternativos. Assim, no caso em apreço, dado que o valor absoluto encontra-se abaixo do parâmetro de R\$ 1.064,10, é possível a aprovação das contas com ressalvas.

Dessa forma, **deve prosperar em parte a irresignação**, tão somente para que as contas sejam aprovadas com ressalvas, mantendo-se o dever de recolhimento ao Tesouro Nacional.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **parcial provimento** do recurso, a fim de que as contas sejam **aprovadas com ressalvas, mantendo-se o dever de recolhimento ao Tesouro Nacional**.

Porto Alegre, 25 de julho de 2025.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral

DC